



Editais nº 1273082
Disponibilização: 10/01/2025
Publicação: 10/01/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Comitê Intersetoria de Política Municipal para a População em Situação de Rua

Rua Libero Badaró, 119, 7º Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009000

Telefone: 11-2833-4150

PROCESSO 6074.2024/0007299-7

Extrato de Ata SMDHC/CPDDH/CPPSR/COMITEPOPRUA Nº 116378622

São Paulo, 16 de dezembro de 2024.

ATA DA REUNIÃO Nº 45

SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA

30/10/2024

Participantes Governo: Alcyr Barbin (SMDHC), Karen Fernanda (SMDHC), Aline Oliveira (SMADS), Julia Lima (SMDS), (SMSUB), Laura (SGM)

Participantes Sociedade Civil: Adriana Ribeiro, Alexandre Claudio, Gisele Abreu, Hari Kraemer

Participantes Organização Social: Cleiton Ferreira (CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI), Beatriz Clemente (FÓRUM DA CIDADE)

Às 15h:10 do dia 30 de outubro do ano de 2024, de forma online via plataforma Teams, reuniram-se os presentes a fim de discutirem a pauta do dia.

O Sr.(a) Alcyr Barbin, presidiu a reunião, tendo sido secretariado pela assessora Sr.(a) Karen Fernanda.

Alcyr inicia a reunião informando sobre o mês movimentando e que se iniciou fazendo duas ações de busca ativa sendo elas no Glicério e na Cracolândia e formações também nas subprefeituras sobre zeladoria. Informa que iniciou as formações a partir do dia 15/10 e já ocorreram oito formações e ainda existem mais agendadas para as próximas semanas.

Pergunta se alguém gostaria de compartilhar sobre a busca ativa nas regiões mencionadas.

Verônica Martines (Fórum da Cidade), informa que pessoas relataram a ela que pessoas em situação de vulnerabilidade na região do Dom Pedro II foram coagidas com armas de fogo para que entregassem pertences e dentre essas situações, alguns pertences, com barracas, foram queimados e dentre essas situações de violações de direitos documentos pessoais, marmitas e colchões foram retirados.

Traz também a dificuldade de acesso das pessoas a outros serviços como benefício da bolsa família e consultório na rua que ainda não se tem o acompanhamento na região. Informa que o subcomitê poderia intermediar a articulação desses serviços para esse local.

Roseli traz um caso de uma moça que sofreu violência dentro de um espaço e que a mulher sofreu a violência com gás de pimenta em seu rosto, e informa também sobre o espaço de convívio que é pequeno

para a quantidade de pessoas na região da Cracolândia. Informa sobre uma possível tenda em um espaço do *Tem Sentimento* que funcionará 24h, mas que ainda assim faltarão recursos para atender a todos e como a situação está insalubre.

Roseli informa que estavam na Cracolândia por conta das violações contra as mulheres dentro desse espaço, junto a um coronel e encerra sua fala.

Raul Rezende informa sobre senhor Marco, que fica na passarela Getúlio Vargas e fez melhorias, como colocar piso, tem televisão, carroça, porta e dois cachorros e está sendo despejado e como é idoso tem sérias dificuldades. Pede auxílio e que de alguma forma o ajude a ter acesso a algum serviço. Informa que o maior problema é a carroça e o cachorro do senhor Marco, pois se tem urgência na questão.

Alcyr informa que esse caso lembra outros do ano de 2024, pois na medida que as obras de manutenção chegam as comunidades que moram nesses viadutos são desalojadas, informa que inclusive já ocorreu em um viaduto da São Joaquim, contando em média 5 famílias, 30 pessoas e que os encaminhamentos aconteceram. É de suma importância que esteja sendo assistido pela defensoria pública, para que tenha sua defesa e consiga pedir algum auxílio como aluguel e auxílio reencontro.

Roseli expõe que é de suma importância que estejam lá no momento do despejo, para que consiga ter um auxílio dos órgãos competentes.

Raul informa que se dispõe a acompanhar e fala sobre chamar a imprensa como Brasil de Fato, Globo, Bom dia Brasil, Mídia Ninja, São Paulo Invisível.

Bia Clemente, informa para Veronica e para Julia que está com relatório de acompanhamento da ação de Zeladoria e que ele já está pronto.

André agradece o apoio de todos na reunião do fórum. Traz uma reclamação sobre a coordenação, pois informa que quando o conselheiro precisa de auxílio referente a reuniões não se tem acesso, na coordenação deveria ter, pois lhe foi informado que esse era um serviço disponível e quando ele precisou não teve retorno.

André trouxe uma denúncia sobre um senhor em situação de rua que procurou o Pronto Socorro da Barra Funda para tratar dengue. Apesar de apresentar sintomas graves, ele recebeu alta após a administração de medicação. Pouco depois, o senhor começou a se sentir mal novamente. Juntamente com o senhor Romero, André conseguiu articular uma vaga para ele em um serviço adequado e gostaria de formalizar essa denúncia junto ao Subcomitê de Denúncias.

Alderon Costa (REDE RUA) trouxe novamente o caso do senhor Marco, destacando pontos importantes. Ele informou que a prefeitura apenas enviou a equipe de limpeza e que o senhor Marco foi atendido apenas pela equipe de saúde, enquanto a SMADS não se apresentou em nenhum momento durante o processo. Sugeriu que o Subcomitê recomendasse à Secretaria dos Direitos Humanos e à Subprefeitura Sé a necessidade de observar a liminar da DPF 976, que exige que a SMADS seja comunicada sobre a remoção antes de sua realização. Além disso, ele ressaltou a importância de a SMADS ir até o local para entender as necessidades do senhor Marco.

Alderon mencionou que o senhor Marco tem feito melhorias em sua situação por oito anos e que a subprefeitura estava ciente disso, conforme evidenciado em vídeos com depoimentos do próprio Marco. Ele enfatizou que é fundamental que a SMADS acompanhe o caso para encontrar serviços que atendam tanto o senhor Marco quanto seu cachorro e sua carroça. Solicitou que o Subcomitê emitisse um

comunicado sobre a necessidade de interlocução entre as áreas de Saúde, SMADS e Zeladoria Urbana. Além disso, sugeriu que a defensoria pública buscasse uma liminar para auxiliar o senhor Marco em relação ao seu desalojamento.

Julia Lima (Assessora Suplicy) expõe que essa é uma situação muito triste e muito complicada. Informa que até gostaria de entender sobre a remoção compulsória, questiona qual foi o problema em específico. Informa que se faz necessário ter vínculo da SMDS pelo tempo que ele se encontra morando no local e até mesmo pelas coisas que ele possui.

A proposta da mesma, até mesmo pelo perfil de autonomia, que não fique em um centro de acolhida, mas enquanto não sai auxílio reencontro, que se tenha um local que o atenda e informa que o ideal é que a Soninha (Secretária de Direitos Humanos) faça contato com subprefeito para que seja suspenso a remoção do senhor Marco até mesmo pelo vínculo de onde ele está.

Gisele Abreu solicita informações sobre a senhora Solange, que se encontra em uma situação precária e não recebeu retorno sobre sua condição. Ela menciona que, em diversas ocasiões, a Guarda Civil Metropolitana e outros órgãos estiveram no local onde Solange reside e relataram que seus cachorros foram levados.

Alcyr responde que atendeu Solange pela última vez há um ano, quando ela negou toda a articulação de serviços oferecidos, como o Serviço Reencontro e o Serviço de Acolhimento, optando por permanecer na rua. No entanto, ele ressalta que, se ela decidir aceitar ajuda novamente, pode ser realizado o atendimento.

Gisele destaca que Solange necessita de acompanhamento psicológico, mas a senhora informa que não deseja sair de sua situação atual devido aos seus cachorros. Diante disso, Gisele pede uma solução para o caso, e Alcyr se compromete a encaminhar um ofício e a enviar representantes dos direitos humanos para verificar se Solange aceitará o atendimento.

Aline Fernanda, da SMADS, solicita a apresentação de um relatório sobre a senhora Solange ou o senhor Marco e pergunta a Alderon se há algum acompanhamento ou relatório social disponível, mencionando a possibilidade de que os casos já tenham sido atendidos por algum serviço anteriormente. Ela também expressa sua dúvida sobre a localização da passarela e questiona onde fica o SEAS de referência.

Alderon sugere que o ideal para o senhor Marco seria uma locação social, em vez de uma casa de acolhimento, enfatizando a importância de uma conversa com ele, considerando a situação dos cachorros e da carroça.

Alcyr acrescenta que ter opções de encaminhamento é fundamental para avançar no caso. Ele menciona que não tem informações sobre um possível contato com os direitos humanos até o momento.

Alderon observa que sua recomendação é geral e sugere que, diante da falta de um acompanhamento mais detalhado, o processo deveria ser automatizado para evitar interrupções nas reuniões.

Alcyr propõe retirar elementos da recomendação, remover a secretária executiva e validar o texto base. Discutindo a proposta de recomendação, perguntam se é necessário descrevê-la agora.

Júlia responde que não é urgente, mas sugere que a secretária de direitos humanos elabore um rascunho e o compartilhe com os membros para validação. Alderon e Raul se responsabilizam por fornecer as informações necessárias para gerar esse documento e avaliar se a validação será feita apenas pelos conselheiros ou por todos os participantes da reunião.

Bia Clemente pergunta a Aline se ela elaborou uma ata sobre o Comitê de Zeladoria. Bia informa que fez um registro sobre suas observações do grupo, as saídas e as equipes que encontraram, e se possível,

enviará o relatório.

Alcyr comunica que o caso do senhor Marco foi encaminhado para acompanhamento às 9h do dia 31/10/2024, e Aline irá mobilizar o SEAS para o acompanhamento. A secretária executiva irá produzir uma minuta para compartilhar com a sociedade civil. Ele também informa que Luciana Ribas está acompanhando a situação e que fará um despacho com a secretária Soninha para discutir possíveis ações. Quanto ao caso da dona Solange, Raul Rezende ficará responsável pelo acompanhamento junto às articulações de moradia.

Gisele menciona que leu o decreto e observa que muitas pessoas que receberam o benefício não se enquadram no perfil adequado. Ela também considera errado que haja apartamentos vazios enquanto famílias em situação de vulnerabilidade precisam de moradia.

Alcyr responde que realizou um atendimento para uma pessoa da lista de suplência que irá se mudar para o prédio em conjunto com a habitação. Ele informa que alguns imóveis estão em transição, incluindo um de um senhor que faleceu, e que, para disponibilizar o imóvel, é necessário retirar os pertences.

Roberta Maia informa que os relatórios de Zeladoria estão prontos.

Cleiton Ferreira questiona sobre o encontro do dia 10/10 e solicita um retorno. Ele menciona que, na Dom Pedro II, após a instalação de um comando da Polícia Militar, Dona Sonia (Cigana) e outras pessoas foram retiradas de onde estavam. Alcyr pergunta para onde elas foram realocadas, e Cleiton responde que estão passando por intervenções, com Lucas na Praça e outros sendo deslocados para áreas mais distantes, como a Armênia.

Ele também relata que, no dia 30/11, houve um acompanhamento da Zeladoria Urbana e que foi a primeira vez que viu a assistência indo à frente da zeladoria, com a GCM acompanhando atrás. Foi uma situação de mediação.

Veronica sugere que compartilhem o relatório de atividades, incluindo a contribuição de Bia Clemente, e questiona se há relatórios das formações de Zeladoria para verificar quais profissionais participaram.

Júlia enfatiza a importância de incluir o relato de Bia no relatório que a secretaria está redigindo. Ela também destaca a necessidade de que, nas formações, haja a participação de pessoas com experiência de vida nas ruas. Além disso, solicita que o material seja compartilhado com todos.

Júlia faz um apelo para que o site da secretaria tenha as atas atualizadas, permitindo que ela se aprofunde nos assuntos das reuniões das quais não pôde participar. Ela expressa sua preocupação em relação à comunicação, que atualmente ocorre apenas no grupo de conselheiros, e gostaria de ter mais acesso aos materiais.

Hari Kraemer informa que não participou da última formação porque não recebeu informações sobre o horário em que ocorreria, o que impossibilitou sua presença.

Gisele Abreu solicita que o grupo dos conselheiros seja aberto para que todos possam participar das discussões. Ela também menciona que recebeu as convocatórias em cima da hora.

Alcyr explica que existe um processo em andamento para centralizar as atas da gestão atual, onde são registradas todas as resoluções, relatórios e atas.

Ele também detalha como funcionará a reunião ordinária, que não será mais híbrida, destacando a importância do espaço dedicado aos conselheiros. Alcyr informa sobre a criação de um espaço para denúncias, a fim de que isso não se misture com a reunião do comitê.

Esse momento será ampliado, permitindo que as falas sobre denúncias sejam feitas até às 15h. Após esse horário, a reunião dará início à discussão das pautas.

Aline compartilha os relatórios e faz a apresentação do documento. Sobre o SEAS, feito pelo SEI.

Julia Lima agradece a apresentação do relatório e informa que gerou algumas dúvidas. É importante incluir que, em relação ao SEAS, não receberam o cronograma atualizado. Foi mencionado que, dos 13 que entregaram o relatório, 9 receberam. Portanto, é necessário identificar os 4 que não receberam.

Além disso, é fundamental saber quais são as subprefeituras que não estão disponibilizando esse cronograma, para que se possa cobrar a situação. Os relatos que as equipes do Celso estão coletando das pessoas também são relevantes, especialmente no que diz respeito à retirada de pertences. Outra questão a ser levantada é sobre os relatórios que a Secretaria costumava elaborar, que eram anuais e abordavam a zeladoria urbana. É importante que essa informação também seja incluída no relatório.

Julia, ainda durante sua fala, manifestou a falta de compreensão sobre a abertura das denúncias às 13h30, destacando que se não tiver órgão competente para ouvi-las nesse horário não faz sentido abrir a reunião esse horário. Ressaltou a importância de garantir a presença dos Direitos Humanos para a coleta dessas denúncias, SMADS e eventuais órgãos competentes. Além disso, questionou sobre o bagageiro, e Alcyr informou que a questão não avançou e que não houve relatos a respeito.

Foi informado que, de fato, a questão ainda não avançou. A articulação está sendo conduzida no âmbito do subcomitê, e, no momento, a área técnica está realizando um levantamento sobre a quantidade de bagageiros disponíveis nos núcleos de convivência. O objetivo desse estudo é avaliar se há uma demanda real por esse serviço e explorar possibilidades de otimizar o uso dos recursos existentes para o armazenamento de pertences. Atualmente, o único serviço exclusivo para essa função é o bagageiro localizado na Alcântara Machado.

Além disso, foi destacado que o subcomitê está avançando com alguns encaminhamentos. Uma das ações sugeridas é a realização de visitas, em parceria com Alderon, para aprofundar a análise da situação. As visitas, provavelmente, ocorrerão na própria chapelaria, com a intenção de entender melhor as necessidades e possibilidades de melhoria.

O próximo passo será entrar em contato para agendar essas visitas. Na próxima reunião, será apresentada uma prévia dos dados coletados até o momento sobre os bagageiros, a fim de verificar se as informações são relevantes e se fazem sentido para a equipe, contribuindo assim para a continuidade das ações.

Júlia Lima levantou uma dúvida relacionada às ações na Lapa, destacando que o território possui uma alta concentração de pessoas em situação de rua, mas não conta com serviços essenciais como o Centro POP ou núcleos de convivência. Além disso, a Lapa tem poucos centros de acolhida, o que tem gerado dificuldades na assistência. Ela solicitou que, na próxima reunião, fossem trazidos mais esclarecimentos sobre a situação da Lapa, incluindo se há planos para abrir novos serviços na região, uma demanda antiga que, até o momento, não foi atendida.

Júlia também mencionou que, apesar da ausência de novos centros de acolhida nos últimos anos, houve a implementação de um CRAS na região, o que foi um avanço, embora o serviço funcione no mesmo prédio do CASE. Esse ponto foi destacado como uma questão importante a ser acompanhada para futuras ações no território.

Gisele Abreu, se dirigiu a Aline para relatar uma denúncia feita à SMDS. Ela mencionou que há reclamações recorrentes sobre a abordagem das equipes, que, segundo as denúncias, só ocorre após às 17h. Gisele questionou o motivo de a abordagem ser feita somente nesse horário e porque não há um retorno imediato após o registro da ocorrência, já que, conforme a denúncia, as equipes apenas coletam os dados das pessoas e depois não retornam.

Além disso, Gisele destacou que, ao ligar para o número 156, as equipes coletam os dados e tiram fotos,

mas, frequentemente, não retornam à situação em tempo hábil, o que tem gerado insatisfação entre os moradores em situação de rua. Ela ressaltou que não há o fornecimento de protocolo de atendimento, o que dificulta o acompanhamento dos casos, já que, ao chegar a um Centro POP, as pessoas não têm como comprovar que fizeram o registro. Gisele considerou essa falta de protocolo um absurdo, pois acredita que é essencial que as pessoas recebam um comprovante de que a solicitação foi feita.

Gisele também mencionou que as equipes alegam que não encontraram as pessoas no momento da visita, mas ela questionou a veracidade dessas alegações, destacando que, na maioria das vezes, as abordagens acontecem fora do horário esperado, sem a devida resposta imediata. Ela enfatizou a necessidade de melhorar a forma de atendimento, especialmente no que diz respeito à emissão de protocolos para que os moradores em situação de rua possam comprovar que o atendimento foi solicitado e que a demanda foi registrada corretamente.

Gisele ainda informa que se incomodou que no momento da fala dela, não a deixam falar e que isso atrapalha, pois está trazendo denúncias e que tem outras pessoas que falam mais vezes e não são cortadas. Sugeriu que, quando a GCM realizar abordagens para retirar pessoas em situação de rua, o Sesi poderia acompanhar essas famílias, auxiliando no transporte tanto das pessoas quanto de seus pertences para um local adequado, como um abrigo. Ela destacou que não adianta simplesmente retirar as pessoas da rua, pois elas acabam retornando. Gisele enfatizou a necessidade de uma abordagem mais integrada, com a presença de assistentes sociais que acompanhassem o processo de acolhimento e encaminhamento para os abrigos. Ela também criticou a atuação limitada da equipe de abordagem, que, segundo ela, não oferece suporte 24 horas, sendo ineficaz quando as pessoas precisam de ajuda durante o dia. Gisele considerou absurdo que a abordagem só ocorra após as 17h e defendeu que as equipes, tanto da Prefeitura quanto das ONGs, devem trabalhar em turnos de 24 horas, pois a situação de vulnerabilidade não tem hora para acontecer.

Além disso, Gisele afirmou que há vagas disponíveis nos abrigos, mas que a falta de ação concreta por parte das autoridades tem gerado muitas reclamações. Ela também se mostrou frustrada com a falta de resultados, observando que os dados são coletados, mas as ações práticas de acolhimento são insuficientes. Por fim, ela ressaltou que é urgente uma mudança de postura, com ações mais eficazes e um atendimento mais digno para as pessoas em situação de rua.

Bia Clemente retomou a discussão sobre a questão dos bagageiros, apontando que a ideia de ampliar a capacidade de armazenamento nos serviços existentes pode ser bastante difícil de implementar. Ela explicou que os armários oferecidos atualmente são pequenos, com espaço suficiente apenas para uma mochila, mas o que é realmente necessário são bagageiros maiores, como o da Alcântara, que possam acomodar, por exemplo, três carrinhos. Ela ressaltou que, embora a ideia de aumentar a capacidade de armazenamento nos serviços seja válida, os espaços disponíveis nessas unidades são muito limitados, geralmente consistindo em quartos pequenos e apertados. Além disso, quando as pessoas chegam com muita bagagem, muitas vezes não são sequer recebidas nos serviços devido à falta de espaço.

Bia enfatizou a necessidade de um bagageiro maior, que permita aos usuários deixar suas coisas de forma segura enquanto se organizam, especialmente para aqueles que chegam de viagem. Ela concluiu destacando que, sem um espaço adequado para o armazenamento, o investimento em ampliar os serviços não resolveria o problema das pessoas em situação de rua que precisam de mais espaço para suas coisas pessoais.

Alcyr encerra a reunião informando sobre a reunião presencial no dia 06/11/2024.



Karen Fernanda dos Santos Barbosa
Assessor(a) III

Em 16/12/2024, às 13:49.



Alcyr Barbin Neto
Coordenador(a) I

Em 09/01/2025, às 12:49.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **116378622** e o código CRC **5A9410D3**.
